

Altera a Instrução Normativa STJ/GDG n. 6/2017, que regulamenta a assinatura eletrônica em contratos administrativos do Superior Tribunal de Justiça.

**O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, usando da atribuição conferida pelo item 16.2. inciso X, alínea “b”, do Manual de Organização do STJ, considerando o art. 9º do Anexo I da Instrução Normativa STJ/GDG n. 8 de 4 de maio de 2015 e o que consta do processo STJ n. 12.321/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º O *caput* e o parágrafo único do art. 2º e o art. 3º da Instrução Normativa STJ/GDG n. 6 de 13 de julho de 2017 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os contratos administrativos, os instrumentos congêneres e seus anexos serão assinados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI com uso de login e senha.

Parágrafo único. A assinatura eletrônica de que trata o *caput* poderá ser firmada, excepcionalmente, por meio de “termo de assinatura eletrônica”, constante do anexo desta instrução normativa.

Art. 3º A assinatura eletrônica do usuário externo será precedida de credenciamento nos termos do normativo interno que regulamenta o credenciamento de usuários externos no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do Superior Tribunal de Justiça, observado o art. 1º, § 2º, inciso III, alínea “b”, da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006.”

Art. 2º Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Lúcio Guimarães Marques